



# Parlamento Jovem Ouro Preto 2015: Segurança Pública e Direitos Humanos

2015 Ouro Preto Young Parliament: Public Safety and Human Rights

Rainer Bomfim  
Graduando em Direito na Universidade Federal de Ouro Preto  
rainerbomfim@outlook.com

## RESUMO

O “Parlamento Jovem e Educação Cidadã” é um dos projetos de extensão do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e teve como o tema de 2015: “Segurança Pública e Direitos Humanos”. O projeto tem um duplo objetivo: o primeiro é a conscientização de estudantes do ensino médio sobre o funcionamento dos três poderes e a promoção da participação política dos jovens no meio social; o segundo é o desenvolvimento de capacidades de percepção dos problemas que envolvem a comunidade que os rodeia por parte dos estudantes do curso de direito da UFOP. A metodologia utilizada pelo projeto é a “pesquisa-ação”, em que os extensionistas e os alunos do ensino médio constroem, de modo cooperativo e participativo, instrumentos que possam modificar a realidade estudada.

*Palavras chave: Direitos Humanos; Legislativo; Cidadania.*

## ABSTRACT

The “Young Parliament and Citizen Education” is one of the extension projects from the Human Rights Nucleus of the law department of the Federal University of Ouro Preto (UFOP). In 2015 the theme was: “Public safety and Human Rights”. The project has two main objectives, the first being the raising of awareness in high school students about the operation of the three branches of government and the promotion of political participation of the youthful in their social environment; the second one is the development of their problem perception capacities involving the community around them through the university’s law students. The project’s methodology is “research and action”, in which the extension’s participants and high school students build in a participatory and cooperative way, instruments that may modify the studied reality

*Keywords: Human Rights; Legislative; Citizenship.*

## INTRODUÇÃO

O projeto “Parlamento Jovem e Educação Cidadã” faz parte do programa Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da UFOP. O projeto surgiu em 2010, com o objetivo de estimular a formação política e cidadã de estudantes do ensino médio das escolas de Ouro Preto por meio de atividades que os levassem a compreender melhor o funcionamento e a organização do Poder Legislativo e da política nacional, através de oficinas, palestras e visitas técnicas, além da participação regular no programa Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Desde o seu início, o projeto busca estimular nos jovens o interesse pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da democracia, por meio de mecanismos de participação popular. A ação extensionista tem duplo resultado: de um lado, os discentes do curso de Direito desenvolvem suas competências com sensibilidade à realidade que os rodeia, e de outro, a comunidade participa de forma efetiva da atuação da universidade. Uns e outros se capacitam quanto ao funcionamento das instâncias legislativas, quanto às diferentes competências de cada nível da federação e quanto aos processos de proposição, discussão e aprovação de leis.

São membros do Parlamento Jovem – Ouro Preto monitores do curso de Direito em trabalho conjunto com monitores da Câmara Municipal de Ouro Preto, e os alunos da Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade, Escola Estadual de Ensino Médio de Amarantina, Escola Estadual Padre Afonso de Lemos e Escola Estadual Isaura Mendes.

Ao longo do ano de 2015, as oficinas foram realizadas quinzenalmente, cumprindo com a finalidade de elucidar conceitos jurídicos, esclarecer didaticamente o conteúdo contemplado e realizar dinâmicas que desenvolvam habilidades diversas, como oratória e análise crítica dos problemas comunitários. As reuniões internas ocorreram semanalmente, quando os monitores elaboraram a estrutura das oficinas e estudaram os temas, atinentes às disciplinas Direito Constitucional, Ciência Política e Sociologia Jurídica. Todos os anos, as atividades são norteadas pelo calendário estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), que define os temas de trabalho – sendo que o trabalhado em 2015 foi “Direitos Humanos e Segurança Pública” – para a formulação de propostas pelos próprios alunos, as quais podem se tornar, como de fato foram, projetos de lei futuramente.

## HISTÓRICO DO PROJETO

O projeto Parlamento Jovem Minas Gerais existe desde 2004 e já acontecia em algumas poucas cidades do Estado como um projeto da Assembleia Legislativa, por meio da Escola do Legislativo (ELE), da PUC Minas e de câmaras municipais das cidades. Então, em 2010, com a expansão do projeto para o interior do Estado, o programa “Núcleo de Direitos Humanos” da UFOP foi procurado pela Assembleia de Minas Gerais e pela Câmara Municipal de Ouro Preto para a construção de uma parceria para a implementação do projeto na cidade. Assim, da parceria das três instituições nasceu o projeto “Parlamento Jovem”, como era intitulado até o ano de 2012. Em 2010, na sua edição inicial em Ouro Preto, o projeto teve como tema “Resíduos Sólidos e Meio Ambiente”, contando com a presença de 3 escolas participantes e com 40 alunos inscritos. Já em 2011, o Parlamento Jovem tratou do tema “Drogas: como prevenir?” e também contou com 3 escolas praticantes e 40 alunos inscritos. Nessa edição de 2011 o projeto expandiu sua estrutura e começou a cada vez mais ser presente na realidade dos estudantes participantes.

Em 2012, o projeto tratou do tema “Educação Cidadã” e incorporou a temática às suas atividades cotidianas transformando-se em “Parlamento Jovem e Educação Cidadã”, pois se entendia que não adiantava tratar da temática do Parlamento Jovem se a questão da educação cidadã não estivesse incluída em todas as suas atividades, e não tivesse a temática educação cidadã incluída em todas as suas atividades. A participação foi maior nesse ano, com 3 escolas e 45 estudantes.

Então, em 2013, o tema foi “Cidades Sustentáveis: desafios para as novas gerações” e o Parlamento Jovem teve novamente 3 escolas e 45 estudantes participantes. A atuação nessa edição do Parlamento Jovem Ouro Preto foi essencial na aprovação do documento base, que posteriormente transformou-se na Lei 21.412/14 que alterou a lei anterior (Lei 9.529/08) sobre a distribuição das sacolinhas plásticas nos estabelecimentos comerciais.

Em 2014, o projeto “Parlamento Jovem e Educação Cidadã” trabalhou o tema “Envelhecimento e Qualidade de Vida”, com a presença de 3 escolas e 45 estudantes. Esse tema permitiu ao projeto ir além das suas atividades rotineiras e promoveu, com a parceria do Programa Núcleo de Direitos Humanos, uma ação solidária em prol do asilo São Vicente de Paula situado na cidade de Ouro Preto, arrecadando produtos de higiene pessoal e agasalhos aos idosos que moram neste local. Essa ação trouxe ao projeto uma maior responsabilidade social com o meio que o cerca.

## OBJETIVOS DO PROJETO

O projeto “Parlamento Jovem e Educação Cidadã” tem objetivos que superam os limites da Universidade e promovem um contato com a sociedade como um todo, seja nas escolas ou nas diversas parcerias firmadas ao longo da sua trajetória. Uma das principais metas em comum é a formação de cidadãos mais conscientes e proativos com as demandas do seu locus social, que busquem a melhoria de toda a comunidade onde esses estudantes vivem. O Projeto procura construir/disseminar conhecimentos sobre política e competências dos poderes (principalmente dos legislativos, em seus três níveis) e, com isso, gerar cidadãos mais conscientes de seu papel como atores na res pública. Procura-se, com isso, aproximar a política institucionalizada dos cidadãos, que são não apenas seus destinatários mas, em um Estado Democrático de Direito, também os seus autores, de forma cooriginal.

O Direito não apenas possibilita que tenha curso a ação comunicativa, mas também possui o poder de conter ações estratégicas (isto é, orientadas apenas ao próprio êxito). Ele aparece, então, como coerção (facticidade), mas também como conjunto de normas legítimas (validade), de forma que os destinatários das normas podem obedecê-las por lhes reconhecer sua validade, ou então simplesmente por temer a coação. A validade do Direito advém do reconhecimento, por parte dos destinatários das normas, como também, sendo normas feitas por eles (através de seus representantes) – o processo legislativo é o meio institucional através do qual se gera “solidariedade social”, de forma que a possibilidade de obtenção de consenso pode se dar não porque todos concordem sobre (isto é, compartilhem) certos valores, mas porque concordam sobre a forma (o procedimento) de discordar.

O projeto, através das suas diversas etapas, aposta nos jovens de ensino médio e superior como construtores de uma sociedade consciente; por isso, em suas atividades, eles buscam ensinar e debater sobre a organização dos Poderes da República, em especial o Legislativo, e o tema que é definido pelos estudantes na Etapa Estadual do ano anterior, que sempre é algo relacionado com a realidade do jovem cidadão. Em 2015, como já adiantado, o tema foi Segurança Pública e Direitos Humanos. Uma das principais funções é conscientizar os alunos de que, em uma sociedade democrática e plural, todos têm o direito de se expressar, de lutar pelo bem comum. Então, o Parlamento Jovem tem o objetivo de formar cidadãos autônomos, críticos e propagadores de uma cultura democrática.

Estimular o jovem é investir no amanhã e acreditar que o seu potencial pode ser transformado em ações modificadoras da sua realidade, que vise a construção de uma sociedade mais justa, com maiores oportunidades e também promova bem-estar social, criando-se um ambiente onde as pessoas possam se sentir seguras e possam realizar projetos pessoais e coletivos de qualidade de vida.

Entre tantos outros objetivos presentes no Parlamento Jovem, levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e, por conseguinte do seu estado, pelo exercício da participação democrática na discussão e decisão de questões pertinentes para a comunidade é um dos objetivos iniciais e fundamentais. Na edição de 2015, o projeto buscou estimular os alunos a pesquisarem sobre a realidade pertinente à segurança pública e direitos humanos no município de Ouro Preto e nos distritos de Amarantina e Cachoeira do Campo, para discutir os problemas enfrentados; também houve o estímulo de pensar em soluções que pudessem suprir as deficiências encontradas pelos estudantes em suas análises, de forma que fossem capacitados para uma participação qualitativamente melhor.

O projeto vai além de analisar a situação da cidade dos alunos, mas também busca estimulá-los a buscar de melhorias que acrescentem positivamente à manutenção dos ambientes onde habitam, ou seja, além de ser um projeto de reflexão crítica, o Parlamento Jovem também é prático e eficaz em propiciar um espaço diferenciado para os alunos e monitores sobre vivência de estudos, pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se diferentes opiniões.

O projeto Parlamento Jovem procura sempre ir além das fronteiras das escolas; também incentiva o envolvimento das câmaras municipais em atividades de Educação para a cidadania, buscando ampliar as parcerias. Com relação à Câmara Municipal de Ouro Preto, ela tem sido fundamental para oferecer subsídio técnico e financeiro às atividades desenvolvidas no Projeto. Isso gera uma troca de conhecimentos entre alunos e monitores, pois com a presença de profissionais preocupados com a educação dos jovens e que provem a cidadania, os exemplos ficam mais claros e práticos, gerando assim um maior interesse e entendimento nos alunos.

Desse modo, o Projeto atua com diversas técnicas e metodologias na busca de construir cidadãos responsáveis e preocupados com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

## METODOLOGIA

O Projeto Parlamento Jovem e Educação Cidadã trabalha com o viés da pesquisa-ação, uma vez que busca, através de suas atividades, interagir com as demandas da comunidade local, abordando temas políticos relevantes que fazem parte do cotidiano dos moradores do município de Ouro Preto, Minas Gerais.

Segundo Marques e Medeiros:

O projeto se viabiliza com a definição anual de temas e subtemas estratégicos, que são objeto de estudos e de proposições por parte dos grupos de alunos inscritos, por meio das escolas de ensino médio participantes em suas edições. Os temas são definidos a partir das sugestões das escolas, dando prioridade àqueles de abrangência social passíveis de constarem da pauta política do Legislativo por serem recorrentes na sociedade.

Nota-se a importância de um Projeto como esse quando se percebe que a forma tradicional do ensino jurídico no Brasil envelheceu, tornou-se obsoleta, uma vez que o que ela propõe e ensina remete a uma falsa noção da sociedade, pressuposta como essa estável/homogênea; sendo o Direito algo tido como impositivo que claramente não apresenta o desejo das atuais sociedades plurais e diversas e nas quais a mudança e o risco são a regra e a própria normalidade.

Assim, paralelamente, o Parlamento Jovem Ouro Preto adota uma metodologia diferenciada da tradicional, ensinando aos extensionistas uma nova forma de ver e conceber o saber jurídico, afastando os métodos positivistas convencionais ligados à academia. A forma é a “pesquisa-ação”, que foi desenvolvida pelo professor Michel Thiollent. A metodologia adotada para as ações do projeto é uma forma de atuação dinâmica em que os extensionistas investigam junto com os atores sociais a situação concreta, sendo que todos participam do processo de construção do projeto. Ação de extensão não se dá apenas com a oferta de uma contrapartida social à comunidade – como tradicionalmente é pensada a extensão –, mas, ao mesmo tempo, busca somar à mesma metodologia de pesquisa ações que possam gerar também conhecimento novo – esta pesquisa, por sua vez, não se dá apenas de forma teórica, com “revisão de bibliografia” como normalmente ocorre em pesquisas de Direito, mas se aproveita da experiência vivida com a extensão. Como defendido por Thiollent:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

A metodologia adotada contribui para que o estudante de Direito, junto aos alunos das escolas de ensino médio, questionem o papel dos Três Poderes nas suas diferentes esferas e repensem qual é a forma que o Direito deve ser colocado/vivido em sociedade, pois o projeto viabiliza que os estudantes possam mostrar em qual sociedade eles estão inseridos, enquanto pensam sobre qual sociedade eles querem estar. Sobre isso acrescentam, mais uma vez, Miracy Gustin e Tereza Dias: “Cabe ao cientista do Direito, um papel de reflexão sobre o objeto de suas investigações, no sentido de transformar e redefinir o papel do Direito na sociedade”.

## BREVE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL E A IMPORTÂNCIA DO PARLAMENTO JOVEM

A participação no Parlamento Jovem tem como objetivo, não só para os estudantes envolvidos, mas também para os monitores e funcionários da ALMG, propiciar um questionamento político e social, desenvolvendo um olhar crítico. Uma questão interessante observada pelos monitores do projeto é que o interesse crescente desses alunos pela política possibilita mudança de pensamento que pode afetar seus familiares e a comunidade em geral.

Os projetos de iniciativa das Câmaras Legislativas das cidades e dos estados, como o Parlamento Jovem, permitem a formação desse olhar crítico e o interesse pela questão política a partir do momento em que umas e outras são aproximadas do cidadão “comum”.

Uma outra questão que políticas de educação cidadã têm podido experimentar e propor para a academia e os centros formais de formação da vontade do Estado é que se tem mostrado extremamente relevante para a conscientização os novos meios de comunicação, como a internet, por exemplo. A atual conjuntura da conscientização política, principalmente para os jovens, é tida em um novo contexto pós manifestações de 2013, momento até o qual tinha-se a ideia da mobilização estudantil como os “Caras Pintadas” em 1992 para a manifestação de impeachment do presidente Collor. De 1992 até 2013, em geral os jovens foram tidos como apáticos ao tema da política ou com um individualismo exacerbado.

Entretanto, tem-se como marco o ano de 2013, em que uma nova geração de jovens mostrou um imenso poder de mobilização pela internet – que era tida como um espaço que não gerava identidade pública unificadora – mas que se tornou um movimento de milhões de pessoas nas capitais e nas cidades do interior. Revelou-se um movimento de jovens predominantemente da classe média sem liderança em que supostos líderes e partidos eram deslegitimados e um movimento extremamente difuso, comportando diversos posicionamentos políticos da sociedade, mostrando a inconformidade do jovem com a situação da saúde e educação.

Como traz Singer:

O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí, um viés oposicionista que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais.

No mesmo sentido, Marcos Nobre diz que “São movimentos que se formaram e que funcionam de maneira apartidária, mantendo autonomia e independência em relação a governos. São movimentos horizontais, que recusam a ideia da concentração de representação em uma liderança individual”<sup>5</sup>.

Essa experiência mostra a realidade vivida naquele momento de imensa manifestação e euforia por parte dos jovens. O que reforça a importância da discussão política e cotidiana que deve ser feito com os jovens.

Em 2014, começaram os diversos questionamentos sobre qual é a realidade escolhida para o país em um contexto pós-manifestações. Assim, os jovens e toda população brasileira escolheram um novo governo, que traz a manutenção de um sistema de governo político-partidário.

Assim, em 2016, o mesmo mecanismo de manifestação foi utilizado por setores da sociedade, que agora questionava uma nova possibilidade de Impeachment da presidenta do país, num processo que mostra desgaste político das estruturas tradicionais de representação e uma incapacidade do sistema na absorção de crises (input) e sua transformação em respostas (output) dentro dos marcos da constitucionalidade sem gerar rupturas. Em uma democracia institucionalizada com representação política por partidos, estes devem funcionar como canais pelos quais circulam demandas da “periferia” e, passando pelas “comportas” representadas pelos procedimentos democráticos, tais demandas sejam capazes de alcançar o “centro” (o Parlamento), para que este ofereça respostas às questões postas<sup>1</sup> – não que se desconheça a importância de outros meios de pressão como sindicatos e ONG’s, mas mesmo estes precisam dos partidos e das instituições formais para dirigir suas demandas. Mecanismos como o Parlamento Jovem capacitam cidadãos para tomarem conhecimento de seu papel na dinâmica de formação da vontade pública, como também possibilita que algumas demandas efetivamente cheguem ao Parlamento.

Dessa forma, em contexto atual, projetos como o “Parlamento Jovem e Educação Cidadã” se tornam efetivamente importantes para que o aluno participante tenha mais um ambiente de discussão a respeito de quais serão os rumos do seu país e quais serão as implicações práticas para a sociedade, além da possibilidade da criação de um senso crítico quanto à nova realidade proposta e a proposição de soluções institucionais para os graves problemas de representatividade da democracia brasileira.

## ETAPAS DO PROJETO

O projeto é dividido em três Etapas, sendo elas: a Etapa Municipal, a Etapa Regional e a Etapa Estadual, sendo que essas acontecem em diversos lugares, não sendo restritas ao município de Ouro Preto, e foram realizadas no decorrer de todo ano de 2015.

## ETAPA MUNICIPAL

A Etapa Municipal é subdividida em quatro momentos distintos, que são: a preparação dos monitores com cursos online através da plataforma moodle, que é disponibilizada no site da ALMG; a segunda, que já acontece com os participantes, foi a apresentação da Constituição Federal, os poderes da República, os órgãos municipais e a ambientação dos participantes com os monitores; já a terceira etapa se dá com a apresentação do tema escolhido e os subtemas, sendo que o último momento foi o ensinamento de como se faz um projeto de lei e a redação desses projetos propostos pelos alunos secundaristas para o envio à Etapa Regional.

Assim, no primeiro momento os monitores foram capacitados para o ambiente plural ao qual eles entraram em contato através de cursos de formação e educação cidadã na cidade de Belo Horizonte, bem como cursos online que são disponibilizados em plataforma própria do projeto.

No segundo momento, os monitores do projeto apresentam diversos temas jurídicos aos participantes por meio de dinâmicas sobre os três poderes, o processo legislativo, a estrutura normativa do país, a Constituição Federal de 1988, além de mostrarem aos estudantes como se faz para acompanhar as atividades e votações da Câmara Municipal da cidade. Essa etapa durou três semanas, período em que ocorreu a ambientação dos monitores com os participantes. É comum e proposital que

essa etapa tenha menos conteúdo para que se tenha tempo para a integração de todos os participantes, bem como a sua apresentação, pois se trata de estudantes com trajetórias de vida bem diferentes uns dos outros.

No terceiro momento, foi quando se desenvolveram as atividades ligadas ao tema Segurança Pública e Direitos Humanos. Essa etapa foi dividida em 5 oficinas que duraram aproximadamente 2 meses, em formatos didático e informativo, que são preparadas pelos monitores do projeto. Os monitores também intercalam as atividades em oficinas expositivas, rodas de conversa, pesquisa de campo, visitas técnicas, dinâmicas e atividades de recreação para não deixar o projeto como uma extensão da sala de aula e incentivar os alunos participantes a se interessarem pela atividade.

O quarto momento é a elaboração de oficinas de elaboração dos projetos de lei e a aprovação dos projetos que serão enviados à etapa Regional, sendo que, em 2015, a equipe do Parlamento Jovem Ouro Preto levou 18 projetos à etapa supracitada.

## ETAPA REGIONAL

Na Etapa Regional, que foi uma inovação no ano de 2014, acontece uma etapa intermediária entre a Etapa Municipal e a Etapa Final para o aprimoramento das ideias e das propostas a serem levadas para a fase final do projeto. Então, é nesse momento que polos, que são uma subdivisão das cidades do estado de Minas Gerais para viabilizar a execução e organização do projeto, se encontram para uma plenária em que se votam as propostas aprovadas pelos Municípios. O Parlamento Jovem Ouro Preto é agrupado na equipe do Polo Central, em que estão as cidades de Belo Horizonte, Betim e Ressaquinha. Essa etapa foi realizada em Belo Horizonte, na PUC-Minas, em agosto de 2015, e teve a presença de mais de 20 jovens de cada cidade que votaram os projetos de lei a serem enviados para a Etapa Estadual.

## ETAPA ESTADUAL

A terceira e última etapa, intitulada de Etapa Estadual, é quando se elegem 3 estudantes para representar cada cidade participante do projeto. Essa etapa foi realizada em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Nela os estudantes simulam a votação de projetos de lei de forma similar ao que fazem os Deputados Estaduais. Após essa plenária, os projetos aprovados pelos jovens são reunidos em um documento-base que servirá para os Deputados Estaduais votarem projetos de lei sobre o tema discutido no Parlamento Jovem. Segundo Kelles e Marques:

A terceira etapa, Participação no Parlamento, acontece com o encontro de todos os participantes do PJ na Assembleia Legislativa. Antecipando esse momento, todas as sugestões elaboradas nas escolas são reunidas pela coordenação do PJ em um documento único, denominado Documento Base. Esse material é reenviado a cada um dos participantes para que todos conheçam o documento.

Na edição de 2015, essa etapa aconteceu no mês de outubro na capital mineira e contou com a presença de 36 municípios participantes, dando origem ao documento-base que foi votado pelos Deputados estaduais para a conversão das propostas em leis estaduais – que é, afinal, o propósito do projeto. O Documento base de 2015 encontra-se disponível em: <[http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/acompanhe/eventos/parlamento\\_jovem/2015/docs/documento\\_final\\_2015.pdf](http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/acompanhe/eventos/parlamento_jovem/2015/docs/documento_final_2015.pdf)>

## MATERIAIS

Com duração de duas horas (geralmente das 14h às 16h, compatível com o horário de estudo dos alunos), marcadas às quartas ou às sextas (de acordo com a disponibilidade da Câmara Municipal de Ouro Preto – CMOP), as oficinas sempre se iniciaram com a exposição do tema por uma hora, abrindo-se em seguida tempo de meia hora para a discussão e participação dos jovens, e durante igual tempo, são realizadas dinâmica pedagógica previamente estruturada pelos membros do Parlamento Jovem.

Como forma de estímulo à frequência dos alunos, procurou-se utilizar uma linguagem acessível, mas tecnicamente precisa, multimídias diversas – vídeos, slides, palestras com convidados – e até mesmo dois sorteios de materiais escolares fornecidos pela CMOP.

No intervalo entre as oficinas, um monitor da Câmara Municipal e um do Parlamento Jovem iam até as escolas participantes, divulgavam o trabalho feito até então e afixavam no mural as fotos e documentos relativos às atividades do grupo, como forma de criar, dentro do espaço de convívio de cada um dos participantes, identificação e vinculação ao projeto.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto Parlamento Jovem e Educação Cidadã teve frutíferos resultados tendo em vista os objetivos inicialmente propostos. Sessenta jovens das escolas participantes se inscreveram no projeto, e ao longo das atividades os monitores conduziram-nos à formação política e cidadã, a qual teve como resultado a produção de 18 propostas para projeto de lei na Etapa Municipal, objeto de apreciação pelos vereadores da cidade de Ouro Preto em encontro na Câmara Municipal, para que estes tomassem ciência das demandas trazidas por jovens de Ouro Preto e dos distritos. Posteriormente, das dezoito propostas, foram escolhidas nove a serem apreciadas na etapa regional, de acordo com o cronograma da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Além disso, os participantes do projeto participaram de atividades externas representando o projeto e a cidade de Ouro Preto em atividades na PUC-MG, como os grupos de trabalho da Etapa Regional, e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na etapa estadual, na qual três jovens integrantes do projeto foram até Belo Horizonte, em parceria com a Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), e participaram ativamente da última etapa do projeto (incluindo a presença de uma aluna nas solenidades de abertura do evento). Nessa mesma etapa, cuja abrangência se dá em todo o estado, o Parlamento Jovem Ouro Preto, através daqueles três jovens, colaborou para a construção de um documento final que será analisado pelos Deputados Estaduais na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para se tornarem projetos de Lei a partir de 2016.

No que tange à articulação com a pesquisa, o projeto cumpriu seu papel de aprendizado dos monitores que estudaram o tema “Segurança Pública e Direitos Humanos” para ministrar oficinas para os integrantes do projeto, além de discutir temas ligados às disciplinas do curso de Direito como Sociologia Jurídica, Ciência Política e Direito Constitucional e de receber capacitação da Escola do Legislativo em atividades realizadas na cidade de Belo Horizonte.

No que tange à articulação com o ensino, os monitores do projeto puderam desenvolver as habilidades típicas do exercício da docência, através do empenho em produzir oficinas de conteúdo que fossem atraentes aos jovens. É interessante notar

que os estudantes das escolas não conheciam as dependências da Universidade Federal de Ouro Preto. Assim, durante as atividades, os participantes do projeto foram conduzidos a oficinas em locais diversos na UFOP, seja no Departamento de Direito ou no Auditório do DEGEO, o que tinha como objetivo estimular o interesse deles para o estudo na Instituição.

Um outro resultado de visibilidade do projeto foi a criação de uma página na rede social Facebook intitulada “Parlamento Jovem Ouro Preto” para a divulgação das atividades do projeto e para promoção do debate sobre o tema discutido no projeto. A página, no dia 14 de abril de 2016, possuía 368 curtidas e mais de 20 postagens sobre as atividades e o tema. Essa página tem sido importante mecanismo de contato com os integrantes do projeto, pois possibilita o recebimento de perguntas e o aprofundamento em temas ministrados nas oficinas, e também com outros municípios que integram o Parlamento Jovem junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Ainda foram oferecidas atividades complementares aos integrantes do projeto, como a participação do evento realizado na UFOP pelo Departamento de Direito e o Centro Acadêmico Pedro Paulo sobre a “Inconstitucionalidade do Estatuto da Família”, também a visita ao Observatório, à Igreja do Carmo e ao mirante da UFOP para atividades extras relacionadas ao tema do projeto.

O projeto construiu parceria externa com a Polícia Militar de Ouro Preto, quando, no dia 29 de maio de 2015, Capitão Mendes, Representante do 52º Batalhão, ministrou oficina sobre o tema “Proteção de Segmentos Vulneráveis”.

## CONCLUSÃO

Convém, por fim, realizar breve comparativo com as edições anteriores do Projeto de extensão Parlamento Jovem e Educação Cidadã. O destaque da edição 2015 é devido à ampla participação e engajamento dos alunos das escolas parceiras, muito superior ao que ocorreu nos anos anteriores. Pode-se atribuir a tal sucesso a familiaridade com o tema escolhido – “Segurança Pública e Direitos Humanos” – cujo debate tocou na realidade vivida pelos membros da comunidade carente de Ouro Preto, despertando nos participantes o interesse em promover mudanças na sociedade. A dedicação especial prestada pelos monitores do projeto viabilizou discussões, estudos sobre o tema, aprimoramento do pensamento político com grande qualidade e enriquecidos pelas palestras oferecidas pelos discentes e profissionais da área de segurança pública.

Ao longo do semestre, o grupo pôde observar o crescimento de cada aluno participante, através da construção de seu pensamento crítico, o aprofundamento no estudo do tema e a compreensão de conceitos jurídicos e do sistema político brasileiro, pontos que se refletiram na qualidade da elaboração dos projetos de lei que foram produzidos e também na capacidade de discussão política que cada participante pôde desenvolver.

De um modo ainda mais abrangente, esse amadurecimento intelectual dos participantes foi a grande vitória da presente edição do projeto. Discutindo de forma cada vez mais crítica o tema, os alunos da rede pública das escolas contempladas entraram em contato com ideias preciosas sobre a democratização, incorporando seus sentidos e externando-o em suas posturas e opiniões, com o trunfo de representarem, para as comunidades em que vivem, agentes de transformação social.

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Rainer Bomfim é coordenador discente do Projeto “Parlamento Jovem e Educação Cidadã” e foi o responsável pela elaboração do artigo científico;

Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia é o coordenador docente do Projeto “Parlamento Jovem e Educação Cidadã” e foi responsável pela orientação na elaboração do artigo científico.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAHIA, Alexandre; NUNES, Dierle. Crise da democracia representativa – infidelidade partidária e seu reconhecimento judicial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 100, p. 57-83, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/109>>. Acesso em: 28 jun. 2016.
2. GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re) Pensando a Pesquisa Jurídica. 2ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
3. KELLES, Eugênia; MARQUES, Maria Elizabeth. Parlamento Jovem - uma experiência inovadora em Minas. In: THEMOTEO, Reinaldo José. *Educação política: reflexões e práticas democráticas* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
4. MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth (orgs.). *Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.
5. NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: Razões da revolta*. Campinas: Companhia das Letras, 2013.
6. SIMIONI, Rafael Lazzarotto; BAHIA, Alexandre Melo Franco. Como os juízes decidem? Proximidades e divergências entre as teorias da decisão de Jürgen Habermas e Niklas Luhmann. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, p. 61-88, jan. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2009v30n59p61/13590>>. Acesso em: 28 jun. 2016.
7. SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. *Revista Novos estudos CEBRAP*, n. 97, p. 23-40, novembro 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/03.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.
8. THIOLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

**Data de submissão: 15/10/2016**

**Data de aceite: 16/10/2016**